

## **OS “PRIMEIROS TRABALHOS DO HOSPITALZINHO”: A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA (1913 -1924)**

CLEIDE DE LIMA CHAVES\*

O surgimento da assistência médico-hospitalar na Bahia data do período colonial, com a instalação da Santa Casa de Misericórdia na capital Salvador entre 1549 e 1551<sup>i</sup>. Essa instituição foi trazida pelos portugueses, cujo objetivo era o de proporcionar auxílio espiritual e material aos necessitados.

As Santas Casas de Misericórdias, embora fossem da religião católica, eram inteiramente seculares. Criadas na Europa no final da Idade Média, o nome de Nossa Senhora da Misericórdia era uma das antigas invocações da Virgem Maria, que foi utilizado entre 1240 e 1350 para nomear uma irmandade em Florença. Segundo alguns estudiosos, esse fato teria influenciado Portugal ao criar irmandade de mesmo nome (RUSSEL-WOOD, 1981).

Formada por uma irmandade leiga, a Santa Casa da Misericórdia teve origem em Portugal no final do século XV. Obteve patrocínio real e recebera muitos privilégios. Fundou filiais no ultramar, praticamente cada povoação colonial portuguesa – de Nagasaki à Bahia – tinha sua filial da Misericórdia (ABREU, 2001).

O chamado Compromisso, que era o estatuto que regia todas as Santas Casas de Misericórdias no ultramar português, previa a assistência caritativa e filantrópica aos mais pobres. Esta instituição exercia várias funções caritativas, dentre elas o recolhimento de dotes para as moças pobres, os enterros, a assistência aos presos, aos indigentes e o recolhimento de recém-nascidos entregues na roda dos expostos, além da assistência hospitalar aos enfermos e “alienados”.

As Santas Casas no Brasil, especialmente a partir do século XIX e XX, passaram a ser símbolo de assistência médico-hospitalar. Não que as demais atividades não fossem assistidas pela Instituição, no entanto, o hospital passou a ter predominância em suas atividades filantrópicas. Este foi o caso, por exemplo, da cidade de Vitória da Conquista, no interior baiano, onde a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia foi fundada já como um hospital na década de 1910.

A assistência hospitalar, durante a Idade Moderna, não era vista como dever ou obrigação do Estado, cabendo às irmandades religiosas e leigas exercer essa função. Os hospitais “desde o século VII e até o século XII, o hospital monástico representou quase a única instituição, na Europa, cuja função principal residia no cuidado do doente” (ROSEN, p.68). A partir do século XIII, o hospital medieval começou a sair das mãos

de religiosos e a passar para a jurisdição secular, em especial nas cidades. Isso não implicou a completa substituição do clero, pois monges e freiras continuaram a cuidar dos enfermos, mas administrativamente, no entanto, a responsabilidade passou às autoridades leigas.

As Misericórdias cuidavam de qualquer doente em seus hospitais, sem distinção de classe, cor ou credo. Os ricos tratavam-se com médicos particulares, e raramente eram atendidos nos hospitais. Os pacientes da Misericórdia da Bahia eram, durante todo o período colonial e imperial, as pessoas de cor, os escravos, os brancos pobres, os estrangeiros, os soldados de guarnição e os soldados e marinheiros dos navios de guerra.

Ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, a assistência hospitalar continuou a ser realizada em grande parte pelas Santas Casas, fundadas e mantidas pelas Irmandades da Misericórdia. Sem contar com o auxílio governamental, as Santas Casas viviam da caridade pública, muito incentivada na época do reinado de Dom Pedro II (1840-1889) pelos títulos nobiliárquicos e as comendas que o Imperador concedia aos homens e mulheres que faziam generosos donativos às Irmandades da Misericórdia. Durante as primeiras décadas do período republicano, o perfil dos atendidos pelas Santas Casas continuava sendo o da população sem qualquer recurso, como os muito pobres e os desvalidos.

Esta importante instituição não ficou restrita aos grandes centros e às capitais, atingindo também o interior do Brasil, nas pequenas vilas e cidades. O fato é que os estudos sobre Santas Casas no interior ainda são escassos e, mais ainda, como destaca Liliane Fernandes (2009), “a atuação das Misericórdias no século XIX e sobretudo no século XX está ainda pouco estudada em ambos os países (Brasil e Portugal)”.

A Misericórdia de Conquista surgiu no início do século XX. A cidade iniciou seu processo de ocupação no século XVIII, com a chegada de bandeirantes enviados pela Coroa Portuguesa em busca de ouro e diamantes no Sertão baiano. Ao invés de riquezas, os conquistadores encontraram extensa população nativa, que foi, em grande parte, dominada, escravizada e exterminada. A região tornou-se um núcleo de povoamento e teve como atividade econômica principal a pecuária (SOUSA, 2001).

Durante o século XVIII, o arraial da Conquista pertencia à vila de Rio de Contas. Depois, em 1810, a freguesia de Santa Anna de Caetité foi elevada à categoria de vila e o arraial da Conquista passou a integrar o novo termo de Caetité. A vila de Conquista só ganhou sua autonomia em 1840, recebendo o título de Imperial Vila da Vitória. As condições de vida desses arraiais e vilas eram mínimas, onde a pobreza e a

ausência de serviços eram a regra, inclusive no que se refere aos cuidados à saúde. No século XIX, de acordo com Maria Aparecida Sousa (2001, p.186)

Caetité, como sede municipal, talvez fosse melhor estruturada que as povoações do seu termo, não obstante algumas necessidades fossem comuns. As carências das vilas e povoados sertanejos eram inúmeras. Faltavam casas de correção em todo o termo onde existia Juiz de Paz, inclusive Conquista, Santo Antônio da Barra e Almas. Não possuíam também chafarizes, pontes, mestres, de primeiras letras, médicos, boticários etc.

Na República – período que nos interessa – de acordo com Belarmino Souza (1999a, p.25) “a vila foi elevada à condição de cidade, passando a denominar-se, a partir de 1º de julho de 1892, Conquista”. Durante os primeiros anos da República brasileira, Vitória da Conquista não possuía nenhuma instituição de assistência médica. Era uma pequena cidade pobre, onde os recursos eram escassos e os serviços de saúde eram realizados, predominantemente, por médicos particulares. Aqueles que possuíam melhores condições financeiras se deslocavam para a capital em busca de socorro médico, como mostra o periódico *O Combate*, mesmo na década de 1930:

De viagem para a capital da Bahia onde vamos, eu, minha esposa, Anna Meira Leite, minha filha, Almira Leite, submeter-nos a tratamento médico, acompanhando-nos, na viagem o meu filho Nicanor Leite, não podendo despedir-me pessoalmente de todos os parentes e amigos, o faço por meio da imprensa, pondo a disposição dos mesmos, os meus limitados préstimos. Conquista, 14 de maio de 1934. Manoel Ignacio da Silva Leite. <sup>ii</sup>

Em 1913, foi criada na cidade a Sociedade de São Vicente de Paulo<sup>iii</sup>, uma instituição católica de leigos fundada pelo pároco Manoel Olympio Pereira. As origens dessa Sociedade remontam à Europa do início do século XIX e a mesma tinha como missão prestar assistência material e espiritual às famílias pobres da cidade, bem como realizar “obras de reabilitação das uniões ilícitas, do catecismo, da rouparia dos pobres, batizados, enterramentos dos pobres e as obras pias de adoração ao Santíssimo Sacramento, guarda de honra ao Sagrado Coração de Jesus, retiros espirituais e romarias”<sup>iv</sup>. São Vicente de Paulo, inspirador da Irmandade, criou no século XVII as filhas da Caridade, primordialmente como uma ordem de enfermagem. Como destacou Porter (2004, p.173) “os cuidados com os enfermos, além disso, eram tradicionalmente prestados por ordens religiosas, como parte dos serviços cristãos [...] na Europa católica e mesmo na América do Norte, esta continuou a ser uma vocação das ordens religiosas, até época recente”.

Foi a Conferência Vicentina, portanto, que tomou a iniciativa de criação de uma casa de saúde na cidade, no ano de 1914. Pouco tempo após a fundação da Sociedade

Vicentina, surgiu a ideia de se construir um hospital na cidade, haja vista o grande número de pobres que eram socorridos por essa instituição e que necessitavam de assistência médica, como aponta a documentação:

Usaram da palavra o doutor Lyderico dos Santos Cruz e o Monsenhor Manoel Olympio Pereira que discorreram sobre a utilidade desta Sociedade conclamando aqui em lembrar a ideia de há muito fomentada pela nossa sociedade de fundar aqui um hospital para os pobres enfermos, ideia que foi aceita, nomeou-se para elaborar os estatutos os compadres Glycerio José de Borba, João Pereira da Silva e Joaquim Froes de Castro. O Sr. Vigário Monsenhor Manoel Olympio Pereira ofereceu o lugar e material que tinha destinado para um cemitério que há tempo quis construir; o presidente de honra nomeou uma comissão composta dos senhores coronéis Francisco da Silva Costa, Paulino Vianna de Oliveira e José Fernandes de Oliveira Gugé que aplaudiu logo na qualidade de Intendente esta tão elevada ideia e local para se entenderem com o médico delegado de higiene a respeito<sup>v</sup>

A ideia de fundação de um hospital já havia ocorrido outras vezes ao Monsenhor Manoel Olympio Pereira, pároco da cidade naquele período. Como ele relata, havia pensado na “fundação de um *hospital ou Santa Casa de Misericórdia*”<sup>vi</sup> nesta cidade da Conquista, o que geralmente foi muito bem aceito e aplaudido por todos os assistentes”<sup>vii</sup> e chama a atenção para o perfil do público a ser atendido pelo hospital, ao afirmar que “Deus queira favorecer a execução deste projeto em benefício de tantos pobres enfermos que por aqui vivem à míngua de todos os recursos”<sup>viii</sup>. Essa associação entre hospital e Santa Casa era antiga, como fizemos referência acima, e o modelo médico-hospitalar adotado pelo Brasil e pela Bahia neste período ainda era o da caridade, ou seja, recorria-se a uma instituição consolidada historicamente para lidar com a pobreza e com as doenças. Como afirma Maria Renilda Nery Barreto (2011, p.7-8),

A Irmandade da Misericórdia foi a mais importante da Bahia na assistência à população e, em especial, aos doentes. Esse modelo, implantado pela colonização portuguesa, deixou raízes tão profundas que continuou a se reproduzir ao longo de todo o século XIX, durante o Império e nas primeiras décadas da República.

A fala do vigário explicita esse enraizamento do modelo caritativo das Santas Casas nos sertões da Bahia. Pensar em criação de hospitais no interior era associá-lo à implantação das Irmandades da Santa Casa de Misericórdia, que já acumulavam experiência e status, bem como atendiam aos interesses das elites locais, articulando religião católica, caridade e filantropia. Como ressalta Gilberto Hochman (1998, p.51-52), as elites passaram a atuar forçosamente, em função da percepção da transmissibilidade das doenças:

A preocupação dos ricos e sadios para com os menos afortunados e doentes e a decisão de agir para combater esse estado de coisas não derivariam apenas de uma concepção ética e moral, mas, principalmente, da percepção de que a ameaça da doença os tornara solidários e reorganizava a sociedade, certamente, a contragosto, para muitos. Definitivamente, as elites percebiam que tinham perdido a sua *imunidade social*, diante de um problema do qual dificilmente alguém poderia se eximir. Nesse sentido, a consciência social das elites corresponderia à percepção de que não estavam mais isentas dos efeitos negativos produzidos pelos membros menos afortunados da sociedade.

Durante a República, o poder público começa a se responsabilizar pela assistência à saúde no Brasil<sup>ix</sup>. Os municípios e Estados passam a ser responsáveis pela fundação e administração de hospitais, conforme aponta a Lei nº 1231 de 1917, era da competência do município a “fundação de hospitais, maternidades, asilos, hospícios [...] e instituições congêneres”, ainda que estas estivessem submetidas à fiscalização da instância estadual. Entretanto, em situações excepcionais e de forma provisória, nos casos em que o município não tivesse recursos para criar ou manter serviços sanitários e de assistência pública, o estado poderia tomar a si esta responsabilidade (ibid., Art.3º). Como os municípios não possuíam as condições necessárias e/ou muitas vezes os chefes políticos locais não consideravam importante a criação e manutenção de serviços de assistência à saúde da população, estes ficavam submetidos ao arbítrio do Estado ou sob a tutela das Santas Casas da Misericórdia (SOUZA, 2005). Foi o que ocorreu em Vitória da Conquista na década de 1910.

Ou seja, a Santa Casa de Misericórdia assumiu nos seus primórdios, em Conquista, o papel de hospital público, financiado pelas esmolas fornecidas pelas elites locais e parcialmente por verbas públicas. Como consta na ata de fundação da Irmandade, estava presente ali a elite conquistense, representada na própria figura do Intendente, José Fernandes de Oliveira Gugé, o Coronel Gugé<sup>x</sup>. Perpetuava-se o forte vínculo entre a irmandade e os poderes locais, bem como a ideia de que cabia “aos grupos socialmente favorecidos a obrigatoriedade de socorrer os indivíduos desamparados” (Barreto, 2011, p.8).

A única estrutura burocrática de saúde existente na cidade à época era o cargo de delegado de higiene – conforme revelou a documentação citada acima – nomeado pelo intendente municipal. No entanto, como informa Christiane Souza (2009, p.268), esse cargo não era remunerado, o que não atraía os profissionais e fazia com que os mesmos tivessem pouca atuação nos serviços prestados à comunidade, haja vista que tinham que

se preocupar com o seu sustento, fazendo atendimentos domiciliares ou em suas clínicas particulares.

Pela legislação da época, os municípios eram ainda responsáveis pelo saneamento local, pela fiscalização dos gêneros alimentícios vendidos à população, bem como pela organização e direção dos serviços de assistência pública, mas na prática eram raras as iniciativas municipais nesse sentido, inclusive pelos poucos recursos existentes. Como destacou Souza (2009, p.63), havia um aparato mínimo de assistência à saúde na Bahia, e os delegados de higiene faziam parte dele:

Em finais do século XIX, a Bahia deu mais um passo em direção à organização sanitária. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, médico formado pela Faculdade de Medicina, eleito para governar a Bahia no período de 1892 a 1896, sancionou uma Lei Estadual que previa a organização sanitária do estado. Entre outras disposições, a legislação determinava a criação da Inspeção de Higiene e do Instituto Vacínico, e prescrevia que o Conselho de Salubridade passasse a se chamar Conselho Geral de Saúde Pública (Constituição e Leis do Estado da Bahia, Lei n.º 30, de 29 de agosto de 1892). Ao Conselho competia opinar sobre questões de higiene, salubridade geral e assistência pública, elaborar o código farmacêutico, estabelecer e divulgar instruções gerais sobre questões de saúde, orientar a estatística demográfico-sanitária, bem como propor a nomeação dos delegados de higiene para cada município do estado.

A pequena estrutura do município e do Estado na questão da saúde na cidade fez com que a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista ocupasse este espaço. Ela foi criada no dia 31 de janeiro 1915 em sessão ordinária na conferência de São Vicente de Paulo, onde foi aprovado o seu Estatuto<sup>xi</sup>. Apesar da aprovação do estatuto, a instituição – o hospital – só começou a funcionar em 1919, pois faltavam recursos financeiros para a construção do edifício.

A persistência do padre Manoel Olympio Pereira foi determinante para a concretização do hospital na cidade. Esse sacerdote teve papel fundamental na construção do Hospital da Santa Casa. Nascido em 1871 em um distrito da Vila Velha do Rio de Contas, atual cidade de Dom Basílio, na Bahia, foi pároco de Conquista entre 1905 a 1918, fundou a Conferência Vicentina bem como a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia na cidade, tendo sido seu primeiro Provedor<sup>xii</sup>.

A forte presença da Igreja Católica na direção desta Instituição evidenciou uma das contradições da nascente República “laica”: “a mais notável resulta do fato da Igreja protagonizar um papel nunca antes permitido: fundação, direção e supervisão de Misericórdias” (FERNANDES, 2009, p.66). Parte desta contradição explica-se, no caso de Conquista, pelo fato de que, em uma cidade pequena e com escassos espaços de sociabilidade, a única instituição capaz de aglutinar pessoas e interesses era a Igreja.

Não por acaso, a principal liderança da Santa Casa foi um religioso, que conduziu os primeiros trabalhos da Irmandade, cujo objetivo estava mais voltado para o cumprimento da caridade cristã.

A condução do pároco nos trabalhos da Irmandade e da construção do hospital evidenciam a atuação e a liderança da Igreja Católica, pois a mesma havia sido a idealizadora, bem como a doadora do terreno onde seria construída a casa de saúde. Como o terreno era de propriedade da Igreja, Monsenhor Olympio necessitava da autorização do Arcebispado da Bahia para a concessão da área, conforme a solicitação enviada ao arcebispo da época, no ano de 1915:

Desejando eu fundar nesta cidade da Conquista um hospitalzinho de que muito há mister a população sempre crescente da mesma, venho pedir permissão a V. Ex. Rev.mo para servir-me das pedras que eu havia mandado conduzir para construção de um cemitério paroquial e que por dificuldades com o município, não pode ser feito, para começar a construção desse outro estabelecimento tão útil e necessário também<sup>xiii</sup>.

Durante as reuniões semanais realizadas pela Sociedade Vicentina, o pároco chamava a atenção da comunidade para a necessidade do comprometimento de todos na tarefa de edificação do hospital:

O Reverendo Sr. Vigário Monsenhor Manoel Olympio Pereira, em tratando-se da Santa Casa de Misericórdia que ora se funda nesta cidade, lembrou aos dignos confrades das conferências de São Vicente de Paulo que era tempo de todos se mostrarem empenhados pelo levantamento da mesma casa de caridade<sup>xiv</sup>.

Mais do que isso, o vigário iniciou uma campanha de filiação de médicos à Sociedade Vicentina, no ano de 1916 e, pelo menos dois profissionais tornam-se sócios da Conferência, sob a proteção do pároco: os doutores Francisco de Mendonça e Crescêncio Antunes da Silveira<sup>xv</sup>. Era objetivo de o padre atrair esses profissionais para o futuro hospital da Santa Casa, e ele obteve êxito em sua empreitada. Crescêncio Silveira<sup>xvi</sup> tornou-se uma importante liderança na Irmandade e teve uma atuação importante dentro e fora desta Instituição.

A leitura das atas da Conferência Vicentina entre os anos de 1913 e 1916 demonstra o grande esforço do pároco e a dificuldade em envolver os sócios desta Sociedade na implantação de uma assistência médica-hospitalar. Parece que ainda não era considerado prioritário para a cidade a existência de um local específico para o tratamento dos enfermos pobres.

O desinteresse de parte da elite local conquistense na construção do hospital da Irmandade da Santa Casa pode ser explicado pelo histórico político desta região ao

longo do século XIX, no período imperial. De acordo com Isnara Ivo (2004), as famílias mais importantes da cidade que detiveram o poder por muito tempo não governavam para a maioria, mas sim em prol dos seus interesses e apresenta a seguinte reflexão:

Os chefes locais da Imperial Vila da Vitória desenvolveram um tipo de mandonismo tradicional e primitivo, um poder que se impunha pelo controle instrumentalizado das estruturas públicas da administração local. O universo político desses homens estava reduzido às disputas por essas instâncias. Estavam desvinculados de qualquer projeto político mais amplo. Eram consumidos pelos problemas intestinos da vila; pelas disputas eleitorais e controle dos postos estratégicos que viabilizavam o mando local. Seus projetos políticos e administrativos não ultrapassavam os limites do município. As pequenas querelas e disputas locais eram o fundamento de suas políticas, diferentemente de outras regiões do Estado que, sob o mesmo espectro do mandonismo, projetaram-se politicamente em termos regionais e até nacionais. (p.153)

Essa reflexão espelha, inclusive, o perfil das lideranças que fundaram e contribuíram na construção da Santa Casa de Misericórdia: um padre de Rio de Contas e um médico de Caetité, cidades circunvizinhas. Esses homens possibilitaram a construção de novas alianças e de novos objetivos para os grupos dominantes da cidade, como a estruturação de uma obra voltada para a caridade e para a maioria da população pobre e analfabeta.

A partir de 1917, as atas da Sociedade Vicentina passaram a vir com a denominação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Há uma certa confusão nos textos escritos sobre a Santa Casa que afirmam que o hospital passou a funcionar a partir de 1917, provavelmente pelo fato da documentação a partir deste ano deixar explícito o funcionamento da Irmandade. No entanto, a leitura das atas permitiu corrigir alguns dados, pois o hospital só foi concluído efetivamente em 1919, apesar de a Irmandade ter iniciado seus trabalhos no ano de 1914.

A liderança e persistência do padre Manoel Olympio encontrou sucessor na figura de Crescêncio Silveira, que, porém, também saiu da cidade no ano de 1920, só retornando à Conquista em 1930. Neste ínterim, a Santa Casa de Misericórdia permaneceu no abandono, conforme evidencia o jornal A Semana de 1924<sup>xvii</sup>:

[...] Acreditamos piamente que as portas da Santa Casa de Misericórdia de Conquista, muito breve, estejam abertas aos pobres sofredores. Nada mais degradante do que a exposição de moléstias horríveis nas ruas, quando temos um edifício importante, quase pronto, e fechado, só por falta de disposição firme – falemos a verdade – de quase todos os nossos conterrâneos.

Sim, é para nós todos a censura, e não temos nenhum protesto a fazer, porque é incontestável essa afirmação: de referência ao Hospital, em Conquista, não têm sido perseverantes e decisivos os esforços da população. O Dr. Luiz Regis Pacheco, atual provedor do hospital,



médico humanitário, inteligente e trabalhador, que dispõe de extraordinária popularidade em nosso meio, graças às suas elevadas virtudes, têm procurado empregar todos os esforços a seu alcance, para o funcionamento do hospital e ainda não conseguiu. [...] Pois será possível que se deixe aquele prédio continuar fechado, deteriorando-se? Não! O hospital em Conquista vai ser uma verdade, dentro em breve!

O destino do Hospital São Vicente de Paulo foi incerto nos seus primeiros anos de existência. Apesar de inaugurado em 1919, não conseguiu manter suas portas abertas por muito tempo, como evidenciou o jornal *A Semana*. A década de 1920 evidenciou que a falta de uma liderança, especialmente a religiosa, foi determinante para o precário funcionamento da Santa Casa. Este será retomado na década de 1930, quando o seu antigo irmão, o médico Crescêncio Silveira, retorna à cidade e retoma os trabalhos e a assistência médico-hospitalar.

#### Referências bibliográficas:

ABREU, L. O papel das Misericórdias dos “lugares de além-mar” na formação do Império português. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. VIII(3): 591-611, set.-dez. 2001.

BARRETO, Maria Renilda Nery e SOUZA, Christiane Cruz de (orgs). *História da saúde na Bahia: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Barueri: Minha Editora, 2011.

FERNANDES, Liliane Alves. *As santas casas da Misericórdia na República brasileira (1922-1945)*. Dissertação (Mestrado). Universidade de Évora, 2009.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec; ANPOCS, 1998.

IVO, Isnara Pereira. *O Anjo da morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2004.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: UnB, 1981.

SOUZA, Maria Aparecida Silva de. *A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2001.

SOUZA, Belarmino de Jesus. *Arreios, currais e porteiras. Uma leitura da vida política em Conquista na Primeira República*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 1999a.

SOUZA, Belarmino de Jesus. Uma leitura da vida política em Conquista na Primeira República. IN: AGUIAR, Edinalva Padre. et alli. *Política: o poder em disputa. Vitória da Conquista e região*. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Série Memória Conquistense, v. 3, 1999b.

SOUZA, Christiane M. C. *A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Salvador: EdUFBA, 2009.

---

\* Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

<sup>i</sup> Russel-Wood (1981) chama a atenção para a imprecisão da data em função da perda de boa parte da documentação da Santa Casa no período da invasão holandesa em Salvador, no início do século XVII.

<sup>ii</sup> Jornal O Combate, 14/05/1934.

<sup>iii</sup> A Sociedade recebia outras denominações, na própria documentação, como Sociedade Vicentina e Conferências Vicentinas.

<sup>iv</sup> Ata da reunião da Conferência Vicentina do dia 28/09/1913.

<sup>v</sup> Ata da reunião da Conferência Vicentina do dia 08/12/1914.

<sup>vi</sup> Grifos meus.

<sup>vii</sup> Livro do tombo da paróquia de Nossa Senhora da Vitória de 20/12/1914.

<sup>viii</sup> Idem.

<sup>ix</sup> Para aprofundar esse debate, ver Hochman (1998).

<sup>x</sup> José Fernandes de Oliveira Gugé (1844-1918), mais conhecido como Coronel Gugé, foi a mais importante liderança política da cidade nas primeiras três décadas da República. Para aprofundar o tema ver Souza (1999b).

<sup>xi</sup> Ata da reunião da Conferência Vicentina do dia 31/01/1915.

<sup>xii</sup> Em 1925, foi nomeado bispo na cidade de Manaus e sagrado em Roma no mesmo ano. Faleceu em 1948.

<sup>xiii</sup> Livro do tombo da paróquia de Nossa Senhora da Vitória de 15/10/1915.

<sup>xiv</sup> Ata da reunião da Conferência Vicentina do dia 14/11/1915.

---

<sup>xv</sup> Este último se tornaria Provedor da Santa Casa de Misericórdia e teria papel atuante na assistência médica da cidade.

<sup>xvi</sup> Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, nasceu em 1884 na cidade de Caetité e morreu em Conquista em 1952. Além de médico e provedor da Santa Casa de Conquista, foi conselheiro municipal e deputado estadual em 1934.

<sup>xvii</sup> Jornal A Semana de 6 de setembro de 1924.